

A AÇÃO REGULADORA DA INTERLOCUÇÃO E DE OPERAÇÕES EPILOGÍSTICAS
SOBRE OBJETOS LINGÜÍSTICOS

Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP)

Edwiges Maria Morato (UNICAMP)

À Vera,

A Suave Pantera

Marly de Oliveira

A liberdade da pantera
está justamente nisto:
que nem ela se governa,
e o que sucede é imprevisto.
Essa a vantagem da fera:
uma força que ela abriga,
inconsciente dentro dela
- sob aparência tranquila -
e de repente se revela,
mas numa espécie de fúria,
que atinge inclusive a ela,
mas numa espécie de luta,
que é o modo que tem a cólera
de mostrar-se numa fera,
e que é a sua única forma
de ser pura, além de bela.

INTRODUÇÃO

A reconstrução da linguagem pelos sujeitos acometidos de afasia é um dos tópicos centrais da neuropsicologia na medida em que a esta interessa explicar o estatuto neuropsicológico da atividade lingüística.

O objetivo deste trabalho é mostrar o papel da interação como propulsora de processos de significação, alternativos ou não, em relação à fala de sujeitos afásicos.

Os resultados levam a questões talvez novas em relação à Neurolinguística.

Discutiremos, além do conceito de interlocução, os elementos teóricos que unem determinada concepção de linguagem à natureza geral das funções corticais superiores do homem, os recursos de que o sujeito afásico lança mão no processo de reconstrução de linguagem e, finalmente, abordaremos a característica mais altamente complexa do cérebro humano: a função reguladora da linguagem, descrita e explicada detalhadamente na vasta obra do psicológico soviético A. R. Luria.

Assumimos que temos um duplo papel no processo de reconstrução da linguagem dos sujeitos afásicos a quem estamos acompanhando: o de interlocutor privilegiado e o de terapeuta, papéis estes que, na prática clínica, se conjugam. O primeiro investiga a linguagem (atividade lingüística, metalingüística e epilingüística); ao terapeuta cabe a tarefa de provocar operações epilingüísticas que ajudam a elaboração das dificuldades do sujeito. O papel do terapeuta enquanto interlocutor do sujeito afásico decorre, neste trabalho, do fato de tomarmos a interlocução como o lugar do exercício conjunto da linguagem e da atividade psíquica do homem: esta é a perspectiva terapêutica que assumimos na reconstrução do objeto lingüístico. A exemplo da Psicanálise, a lingüística se interessa pela materialidade do discurso: O psicanalista, tanto quanto o terapeuta, operam de maneira direta e exclusiva, sobre o que o sujeito lhe diz (Ver Benveniste, 1966).

A linguagem, integrando a estrutura dos processos cognitivos, age como meio de regular e mediar a atividade psíquica humana. A interlocução tem se mostrado o lugar apropriado para a emergência de operações epilingüísticas (hesitações, autocorreções, reelaborações, rasuras, pausas longas, repetições, antecipações, lapsos, etc.) no processo de aquisição da linguagem pela criança quando da gradual tomada de consciência do objeto lingüístico (Kamiloff, 1979, 1986; de Lenos, 1982, 1986). Tais operações mentais, como descreve e analisa Coudry (1988), também ocorrem no processo de reconstrução da linguagem pelo sujeito afásico.

As marcas da interação social, tanto na aquisição da linguagem pela criança como na reconstrução da linguagem pelo sujeito afásico, permitem a análise do desenvolvimento do papel regulador da linguagem na ontogênese e também na desintegração desse mesmo papel em determinadas condições patológicas do cérebro.

Adotando uma concepção integrativa e dinâmica do funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC), Luria (1959) serve-se da contribuição de Vygotsky (1934)

ao afirmar que a linguagem desempenha um papel regulador sobre a ação humana intrapsíquica e social. No caso do sujeito afásico, o organismo busca mecanismos cerebrais na base da função reguladora da linguagem, em outras zonas fora do córtex e também na interação com o mundo. É nesta atividade lingüística que a fala externa e interna do sujeito (para usar uma expressão de Luria) se constrói, motivando o papel da linguagem na reorganização das funções corticais superiores e a emergência de possíveis processos alternativos de significação.

Os dados a serem descritos e interpretados nesse trabalho fazem parte de uma atividade clínica conjunta: o sujeito A foi por nós acompanhado na Unidade de Neuropsicologia e Afasiologia do Departamento de Neurologia do Hospital das Clínicas da UNICAMP.

UMA PERSPECTIVA NEUROLINGÜÍSTICA

Servimo-nos, sobretudo, de um enfoque teórico para o qual convergem várias reflexões da lingüística, em especial:

- a concepção de linguagem como atividade constitutiva em que a emergência de categorias lingüísticas (sintáticas, semânticas e pragmáticas) não é concebida como determinada a priori, (Ver Franchi, 1977);
- a perspectiva sócio-interacionista da aquisição da linguagem, segundo a qual os processos de construções de objetos lingüísticos por crianças podem ser observados nos processos de reconstrução da linguagem pelo sujeito afásico;
- uma teoria de discurso que dissolve dicotomias clássicas e que visa a análise da linguagem em funcionamento, considerando fatores relevantes da situação ou contexto.

Nessa perspectiva, a língua, além de poder ser tomada como um objeto em si, é visada por nós enquanto resultado de um trabalho coletivo, histórico e cultural que faz emergir um conjunto de recursos expressivos próprios de cada língua natural, organizados segundo critérios de uso. Esta é a dimensão sintática da linguagem. Tais recursos são interpretados em sistemas de referência onde categorias e relações são construídas culturalmente. Em um certo sentido de semântica (semântica lingüística) essa é a constituição da dimensão semântica da linguagem. Finalmente, a linguagem não se usa senão em situações concretas e em relação a determinados estados de fato, culturalmente organizados. É na própria linguagem que se selecionam as coordenadas dêiticas que orientam a interpretação para determinados aspectos da situação discursiva. Nesse aspecto, constitui-se um suporte para as relações pragmáticas da linguagem que se estendem além do estritamente dito.

A propriedade significativa do discurso não se dá sempre do mesmo modo, a construção da significação depende justamente das complexas relações estabelecidas no contexto. Por exemplo, quando o conhecimento recíproco e a partilha das

pressuposições estão bem estabelecidas e os tópicos estão presentes na situação, o discurso pode fluir com uma mínima explicitude, deixando-se aos fatores contextuais sua determinação. Caso contrário, no próprio discurso existe uma necessidade constante de ajuste e negociação, resultando um texto transparente.

A construção conjunta das expressões e de sua significação pelos interlocutores não é, pois, o resultado de uma "derivação" (seja a partir da sintaxe das expressões seja a partir de classes privilegiadas de fatores contextuais ou da ideologia), mas o resultado de estratégias que os interlocutores põem em jogo na composição das expressões e dos múltiplos fatores contextuais e de ação recíproca. Trata-se de fazer convergir, confluir para a significação, a multiplicidade desses fatores.

Tal concepção de linguagem compromete-se com a intersubjetividade e com o funcionamento do jogo dialógico, portanto com o discurso. Verificar como se dá a constituição desse funcionamento é um dos objetivos de uma teoria de Discurso sujeito a todos os princípios que caracterizam a interação humana: a intersubjetividade (relação significativa entre os sujeitos), a argumentatividade (ação que estrutura o discurso) e o "jogo de imagens" (Pêcheux, 1969), ou seja, o papel que cada um ocupa na formação social (Ver ainda Possenti, 1988 e Osakabe, 1979).

UMA PERSPECTIVA NEUROPSICOLÓGICA

A relação entre linguagem e pensamento já gerou muitas especulações no âmbito das ciências humanas e nas neurociências e não cabe aqui anotá-las, a não ser para esclarecer nosso recorte teórico. Entendemos que o percurso psíquico "linguagem-pensamento" relaciona-se intimamente com o percurso social "linguagem-sociedade".

Ao lado da Psicologia Cognitiva, ressaltamos um enfoque que tem contribuído para avanços significativos na teoria Psico-social e que tenta dar conta do "enigma" do pensamento e da linguagem, proposto pela tese de L.S. Vygotsky (1934) que para fazer um aporte radical no desenvolvimento da Psicologia, baseou-se na análise do desenvolvimento linguístico da criança. Tal tese aponta as origens sociais da linguagem e do pensamento e contextualiza sócio-historicamente os mecanismos cerebrais que agem sobre o desenvolvimento do homem. Assim, a atenção, a memória e a percepção são vistas como atividades especificamente humanas ao passarem a ter características de atividade consciente e papel na reorganização das relações entre as funções psíquicas, interagindo entre si e o mundo. Tal é a visão dialética da atividade cerebral exposta por Lúria, Leontiev e Galperin, seguidores de Vygotsky.

Três aspectos derivados dessa concepção são particularidades dos processos mentais superiores:

1. A apropriação social da linguagem pelo homem (fruto de uma evolução em que as premissas biológicas estão imbricadas com a interação social) constitui a condição

- mais importante do desenvolvimento mental e da consciência humana (Leontiev, 1959), os processos psíquicos são produto do desenvolvimento sócio-histórico;
2. O contexto e a interação são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo psíquico-fisiológico possa ser vinculado ao fato de linguagem (Bakhtin, 1929);
 3. Existe uma base fisiológica para a reorganização das funções corticais lesadas (Luria, 1959).

Este último tópico merece nossa especial atenção. Há boas razões para crer que a linguagem seja fundamental para a organização de nossos processos mentais e que um estudo mais preciso nos ajudará a compreender melhor a construção e reconstrução da atividade psíquica do homem.

Na literatura neuropsicológica de tradição soviética é ressaltado o papel regulador da linguagem na organização da atividade consciente e nos processos psíquicos.

A regulação da atividade consciente humana ocorre com a intensa participação da linguagem. A função reguladora da linguagem sobre os processos cognitivos foi detalhadamente estudada na psicologia dos processos perceptivos e das ações voluntárias por Vygotsky e Luria, entre outros. Para tanto, basearam-se na análise do desenvolvimento lingüístico da criança, em interação com o adulto. A princípio, a criança subordina suas ações à fala que a mãe lhe dirige (pedindo um objeto, ordenando, perguntando, etc.) e, aprendendo a língua, passa a comandar suas ações, primeiramente pela linguagem externa e, a seguir, pela linguagem interna. A origem do ato voluntário está, pois, na interação da criança com o adulto, sendo mediada pela linguagem.

A importância fundamental desta tese é que os processos psíquicos não são vistos unicamente como o resultado do desenvolvimento biológico, mas sim das formas sociais da atividade humana.

Nas primeiras décadas deste século, Vygotsky iniciou o estudo da gênese da função reguladora, organizada sobre uma base social. Tal origem dá-se de forma processual desde os três primeiros anos de vida. O caráter interspíquico da organização do ato voluntário começa a se transformar progressivamente em processo intrapsíquico. "A ação dividida entre duas pessoas muda de estrutura, se interioriza e se transforma em intrapsíquica; a partir daí a linguagem da própria criança começa a regular sua conduta. No início, a regulação da conduta pela linguagem própria exige da criança uma linguagem desdobrada externa e logo a linguagem progressivamente "dobrase", transformando-se em linguagem interna" (Luria, 1959). Assim se explica, no quadro teórico da psicologia soviética, a formação do complexo processo da atividade voluntária, que é, em essência, a subordinação da ação não mais à linguagem do adulto, mas sim à própria linguagem da criança.

A reconstrução dos processos mentais também não se dá de improviso, a exemplo da construção de formas complexas de atividade pela criança. Ao mesmo tempo

que existe uma base fisiológica para a reorganização das funções corticais lesadas (Luria, 1959), os fatos obtidos de pacientes com afecções focais do cérebro mostram que os lobos frontais possuem uma importância decisiva na garantia da função reguladora da linguagem, ou seja, os mecanismos cerebrais da função reguladora da linguagem não coincidem com os mecanismos que asseguram os aspectos acústico-articulatórios, fonológicos, sintáticos ou semânticos dos processos verbais:

"Podemos formular a hipótese de que entre as diferentes áreas do córtex cerebral possam existir algumas em que as lesões deixam totalmente intacta a função reguladora da linguagem e outras em que, pelo contrário, tais lesões impliquem notáveis problemas, precisamente da função reguladora da linguagem? As investigações, destinadas a esclarecer este problema, têm dado resultados precisos que, são, de certo modo, inesperados. Têm revelado que as lesões de certas zonas da linguagem, em particular a área temporal do hemisfério esquerdo, alteram a análise e a síntese auditiva e provocam transtornos na estrutura acústica da linguagem; mas, não obstante, este tipo de lesão não implica uma alteração apreciável de um função reguladora (...) Por outro lado, lesões graves dos lobos frontais do cérebro, que não estão acompanhadas externamente por fenômenos afásicos, conduzem a uma alteração bastante marcada da função reguladora da linguagem". (Luria, 1959).

Tendo a função reguladora um substrato neurofisiológico de base social, há boas razões para se postular o mesmo trajeto na reconstrução da linguagem: o sujeito afásico não pode prescindir da interação para reconstruir sua atividade lingüística e outros processos cognitivos.

A natureza dialética da interlocução evidencia as coordenadas lingüísticas e psíquicas que constituem o funcionamento da linguagem e que, por sua vez, apresentam-se alterados em sujeitos afásicos. O produto patológico que decorre da afasia pode ilustrar como a função-reguladora atua sobre os processos cognitivos: a função reguladora é exercida no funcionamento da linguagem. Esta, em situações de aprendizado e de reconstrução da linguagem, é claramente observável.

Mostramos a seguir, em situações dialógicas como as operações epilíngüísticas têm um estatuto restaurador no exercício da ação reguladora e consciente. Reportaremos as bases lingüísticas dessas discussões na reflexão trazida por Franchi (1977): "A linguagem é uma atividade progressivamente epilíngüística". "Isto se dá na interlocução, naquilo que ela tem de provocador de operações desta natureza".

Descreveremos e analisaremos alguns dados de um sujeito afásico A apontando, em relação ao seu problema neurolingüístico geral, dois aspectos: a "confabulação", evidenciada no período inicial do quadro neurológico e aquilo que, provisoriamente, chamamos de "dualidade do sujeito".

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DE DADOS

A paciente A é brasileira, gaúcha, 71 anos, casada, dextra, alfabetizada (4a. série). Em 27/04/87, sofreu uma hemorragia intra-cerebral temporo-parietal,

no hemisfério esquerdo. Encaminhada à Unidade de Neuropsicologia do Hospital das Clínicas da UNICAMP em 16/06/87, para avaliação das funções neuropsicológicas, apresentava inicialmente uma afasia global somada a um importante déficit cognitivo e hemiparesia direita¹. Propositamente não evocaremos os problemas fisio-anátomo-patológicos relativos à afasia, nem tampouco a conduta metodológica do acompanhamento terapêutico. Pretendemos, apenas nos deter na discussão de determinados aspectos lingüísticos, escolhidos para este trabalho.

CONFABULAÇÃO

Primeiramente, é preciso caracterizar a dificuldade lingüística de A que, na literatura afasiológica clássica é referida como "confabulação", ou seja, uma desintegração da linguagem: a fala se deteriora, torna-se laboriosa, enfim há uma desorganização em que o turno de A não se relaciona com o de seu interlocutor. Tal quadro evoca os problemas psico-patológicos relativos à afasia: uma severa anosognosia e grande dificuldade na compreensão da linguagem.

Inicialmente a participação de A na interlocução com a Investigadora revela um problema discursivo geral, que se caracteriza por invasão constante no turno do interlocutor somada a uma dificuldade de contacto visual, próprio de situações dialógicas e inúmeras situações de incompreensão do que lhe é dito seguidas de vocalizações e de segmentos de fala ininteligíveis, com desintegração fonética. Vejamos alguns exemplos:

- (1) [22.06.87: Investigadora e A conversam sobre a idade de A, dia, mês e local em que nasceu].
 - a) INV. - A senhora tem 71 anos, não tem?
A. - Ah, sei... (segmento ininteligível)
 - b) INV. - 71, 71 anos. Deixe eu ver aqui (referindo-se ao prontuário), quando é que é o seu aniversário.
Deixa eu ver na sua pasta aqui. Deixa eu ver seu aniversário.
(Este turno da investigadora é invadido por segmentos ininteligíveis de A: ela diminui o tom de voz e desvia o olhar para baixo).
 - c) INV. - Olha aqui ó, olha aqui. Dona Alda! Aqui ó, 71, idade 71, tá vendo? Olha aqui quando a senhora nasceu: dia 8, 8 de... (segmento ininteligível de A)
INV. - 8 de ... que mês, que mês a senhora nasceu?
(segmento ininteligível de A seguido de desvio de olhar).
INV. - Ó, olha pra mim, Dona Alda. A senhora nasceu em janeiro, janeiro?
(segmento ininteligível de A)

- d) INV. - Janeiro? A senhora nasceu em janeiro? Não. Ó, olha aqui, a senhora nasceu em janeiro?
 A. - Não.
 INV. - Não.
 INV. - Fevereiro?
 A. - Não.
 INV. - Março?
 (segmentos ininteligíveis de A com entonação de resposta, entremeados pela repetição pausada de "março", por parte da investigadora e finalizado por "viu?", por parte de A).
 INV. - Març...Fevereiro não, Março. Março? nasceu em março?
 A. - Claro.
 INV. - Claro?
 A. - Claro, conheço (segmentos ininteligíveis de A; investigadora retoma "8 de março, 8 de março, né?")
- e) INV. - Mar-ço. Fevereiro não.
 (segmentos ininteligíveis de A)
 INV. - Olha aqui, onde que a senhora nasceu? Em São Paulo?
 A. - (desvia o olhar e segue baixinho com segmentos ininteligíveis)
 INV. - Não. Olha aqui, nasceu em São Paulo?
- f) A. - Ah? Não gosto...(segue baixinho com segmentos ininteligíveis)
 INV. - São Paulo?
 (A prossegue com segmentos ininteligíveis, diminuindo o tom de voz).
 INV. - Dona Alda, Dona Alda, olha, a senhora nasceu em São Paulo?
 A. - Não.
 INV. - Em Santa Maria?
 A. - Também não.
- g) INV. - Não nasceu em Santa Maria?
 A. - Ah, imagine...(risos)
 INV. - Nasceu! Santa Maria, não é? No Rio Grande do Sul?
 A. - É.
 INV. - É?
 A. - Foi.
 INV. - Hum, hum.

Este episódio dialógico ilustra as condições iniciais da linguagem de A: um jargão indiferenciado em todos os níveis linguísticos ocorrendo ou quando não entende o que lhe é dito, sendo, nesse caso, somado a uma dificuldade de diferenciar papéis na interlocução, como veros em (1b), (1c), (1e) ou ainda, quando apropriadamente tenta responder ao interlocutor como veros em (1a), (1d), (1f), (1g). Nesses últimos se observam segmentos ininteligíveis, A mostra um certo domínio de estratégias discursivas, na medida em que consegue ocupar seu turno.

Vejam os outros dois exemplos que ilustram o fato de A servir-se de expressões gerais ("Ah, sim. Pode ser, quem sabe". "deve ser, não é?" "de qualquer maneira"), para responder ao interlocutor, indicando o objetivo de A em interagir e a diferenciação de papéis dialógicos. A natureza desse problema discursivo geral pode ser compreendida na tensão que existe entre a presença real de uma entidade nosológica (a afasia) e a necessidade de dizer alguma coisa, de se comunicar.

- (2) [26.06.88: Investigadora e A conversam sobre o estado geral de A].
INV. - Então, como a senhora * se sente?
A. - * Ah, sim. Pode ser, quem sabe...(segue confabulando de modo ininteligível).
[* indica, no turno da investigadora, o ponto sobre o qual A sobrepõe sua fala, também marcada por *]
- (3) [26.06.88: Investigadora, A e seu neto N conversam sobre o cotidiano de A]
N. - Aí, depois que a gente faz exercícios, almoça e a vó faz uma sessão. Não é assim que tu faz, vó?
A. - Deve ser, não é? (segmento ininteligível). De qualquer maneira... (segmento ininteligível).

Os exemplos (2) e (3) indicam que para retomar seu papel de locutora no lugar adequado e no contexto apropriado A deve compreender seu interlocutor. É justamente a atuação clínica que poderá desvendar essa trama, observando e orientando as condutas intersubjetivas e os episódios dialógicos que, sendo uma atividade mútua, permitirão a construção de objetos comunicativos por A e seu interlocutor (de Lemos, 1986).

A atuação clínica no período confabulatório recobre esses exemplos iniciais, tendo por estratégia "fechar" as situações dialógicas para que A superasse a confabulação. Foi possível observar como a linguagem que emergia nessa interação orientava A quanto à presença do outro, à consciência de suas dificuldades e ao recurso de operações epilinguísticas para se manter no diálogo. A linguagem, tal como se pode observar em A, auxiliava na resolução de algumas dificuldades ou na eleição de alternativas. O exemplo (4) ilustra o que estamos querendo dizer:

- (4) [22.06.87: avaliação do reconhecimento e orientação espacial das partes do corpo].
INV. - Dona Alda, dona Alda, qual é a sua mão direita? [...] Mão direita, mão direita.
A. - Pé [...] Deixa eu ver...
INV. - Deixo, pode ir bem calma.
A. - Deixa eu ver,

- INV. - Mão direita.
- A. - Baco (querendo dizer braço) [...] uma, duas, [...], pois é... penso que não é pé.
- INV. - Mão direita é essa?
- A. - É essa... (segmento ininteligível diminuindo o tom de voz).
- INV. - Não? É essa a mão direita?
Mão direita é a mão da aliança?
- A. - Não.
- INV. - Não, é a outra. Mão direita é a outra.
Essa é a esquerda.
(esse turno é entremeado de vocalizações e segmentos ininteligíveis curtos).

Nesse exemplo, além de segmentos ininteligíveis e vocalizações que invadem o turno do interlocutor, A recorre a processos epilinguísticos e auto-reguladores. ("Deixa eu ver"; "uma, duas, [...], pois é... penso que não é pé") e de recurso a processos especulares ("É essa") e complementares ("Não") (Ver de Lemos, 1982) que indicam um ponto fundamental de interação com o turno do interlocutor, ou seja, uma trajetória que A reorganiza.

A DUALIDADE DO SUJEITO

Evidenciamos, no período que segue a própria evolução do seu quadro clínico - diminuição do edema cerebral e correlações das áreas associativas do córtex - problemas que A apresenta na manipulação linguística da auto-referência e no domínio de estratégias discursivas. A começou a usar o pronome de 3a. pessoa, ela, para falar de si mesma, o que é um "deslocamento" frente aos papéis (eu-tu) que assume na interlocução.

Nesse sentido, a ocorrência de ela no lugar de eu é a manifestação linguística de um problema discursivo geral determinando um "estranhamento" de si mesma a partir da afasia e dos distúrbios cognitivos associados ao seu quadro afásico: agnosia e apraxia. Cabe notar a peculiar qualidade da fotografia em permitir um distanciamento da pessoa em relação a sua própria foto. Durante essa investigação, observamos momentos de instabilidade na manipulação da auto-referência para o que conta a disposição do foco narrativo e as coordenadas de pessoa. Vejamos alguns exemplos:

- (5) [24.07.87: Investigadora e A vendo as fotos do álbum de família de A que tecia comentários sobre as pessoas e explicava quem era].
- A. - Ela com meu neto e minha neta, ela e ele...

(as fotos são dos netos e do marido de A, que está com eles nas fotos).

INV. - Aqui é a mulher dele?

(apontando uma foto de A ao lado do marido).

A. - É, é ela.

(6) [24.07.87: Na mesma sessão do exemplo anterior e na mesma situação:]

A. - (mostrando as fotos) Meus filhos pequenos, meu marido...

INV. - Seu marido...

A. - (apontando uma foto sua ao lado do marido) Ela e o meu marido dela (A ri, como flagrando um ato falho).

(7) [03.08.87: Investigadora e A olhando uma foto muito antiga de A e seus familiares].

INV. - Cadê a senhora aí?

A. - Esse.

INV. - Que bonita!

A. - Com meu pai, mamãe dela.

INV. - Mamãe dela? Mamãe de quem?

A. - Mamãe (risos)

INV. - Mamãe de quem?

A. - Mamãe minha.

INV. - Ah! mamãe minha e não mamãe dela! Ela quem?
Quem é essa mulher aí, "mamãe dela"? (risos).

A. - (rindo) É minha mãe. Às vezes sai tão feio!

(8) [03.08.87: Na mesma sessão do exemplo anterior e na mesma situação:]

INV. - E aqui, nessa outra foto, quem é?

A. - Essa, é meu irmão [...] com, com ela [...]

INV. - Seu irmão com...

A. - Com ela (risos).

INV. - Ela quem?

A. - Não sei bem.

INV. - Eu e meu irmão.

A. - Eu e meu irmão.

INV. - E aqui, quem que é?

A. - Com a Zuca e eu e filhos da Zuca.

INV. - Seus netos?

A. - Todos meus netos.

Vejamos esses dados à luz de Benveniste e Irigaray. Para Benveniste (1976), é a instância do discurso na qual eu designa o locutor que este se enuncia co-

mo "sujeito". É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua (...) "O discurso provoca a emergência da subjetividade".

A noção de pessoa seria própria a eu e tu, mas não a ele, que seria a não-pessoa, a não-subjetividade. Se ao dizer eu cada um dos locutores se inaugura como sujeito do seu discurso, se o eu é assumido pelos locutores alternadamente na instância do seu próprio discurso, o que acontece com a 3a. pessoa ele? Para Benveniste, está fora da instância do discurso, não é constitutiva da intersubjetividade, já que apenas eu e tu (quando interagem na posição de sujeitos de seu discurso dimensionam a interlocução) a pessoa só se torna pessoa durante o momento em que eu fala. O uso do pronome ele como auto-referência estaria excluído da subjetividade. Mas onde se situa sua razão de ser? O sujeito afásico A, que busca acesso na linguagem pelo uso de ela como auto-referência não estará se (re) constituindo como sujeito? Como se dá a relação de sua enunciação como a exterioridade da linguagem? Ressalta-se, contudo, que Benveniste não pensava em sujeitos afásicos.

Extremamente interessante é o modo como Irigaray (citada por Colin McCabe, 1981) valoriza o uso de "ele", excluído do processo de interlocução por Benveniste. "Eu/tu" já não são um par que se opõe a "ele", "ela": a autora os envolve em uma estrutura relacional, em que a passagem pelo lugar vazio de "ele" ou "ela" se realiza mediante a experiência de tê-lo ocupado nas referências do interlocutor. Por esta experiência, A criança acede à linguagem e experimenta, nessa inclusão, o "primeiro gosto de destituição". A passagem do "tu" para o "eu", no diálogo, se dá pela permuta de uma situação em que é excluída ("tu") para outra em que se diferencia ao ocupar o lugar de locutor ("eu"). Não se apagam as diferenças entre "eu", "tu", "ele", mas a sua manipulação lingüística é relacionada no processo de interlocução: daí porque dispõe essas diferenças em uma progressão e não em uma ruptura.

Do ponto de vista lingüístico, poder-se-ia interpretar a ocorrência da expressão referencial ela como carregada de subjetividade: é o modo pelo qual A auto-referencia-se. Sorri-se a isso o fato de que seus familiares habitualmente conversam sobre ela na sua presença e lhe dirigem a palavra em 3a. pessoa (como por exemplo, filho conversando com A: "A mãe vai bem?"; ou mesmo aceitando a auto-referência como ela: Ela é irmã de quem?").

Com o objetivo de proceder a manipulação da auto-referência introduzimos uma outra paciente, O, nas sessões com A.

(9) [25.08.87: Investigadora, O e A na 1a. sessão conjunta.]

- A. - Agora com ela (referindo-se a O), por exemplo, agora eu vi ela falando sempre, achei que tá tudo bem direito*
INV. - * tá direitinho?
A. - * dela, me dá a impressão que ela consegue...
INV. - falar.

- A. - falar bem, sabe.
 Eu, tem vezes que eu não consigo falar nada, nada, nada, viu? Às vezes, nada.
- INW. - Mas ela também tem vezes que não consegue, não tem, Odeni?
- O. - É.
- A. - (dirigindo-se a O) não consegue às vezes também?
- O. - Não.
- INW. - Não consegue.
- A. - Pois é.

Além disso, os aspectos interacionais do acompanhamento de A e a postura dos familiares frente a este "estranhamento" oferecem indícios necessários ao estudo da progressão da diferenciação ela-eu.

Nos exemplos que analisaremos a seguir (5 a 12) pode-se notar que a expressão referencial, ela presta-se a algumas observações desde sua instalação, quando há aparecimento intermitente, até a emergência do eu.

Este mesmo bloco de exemplos permite verificar como, mediante a interlocução, A confronta os diferentes papéis que pode assumir no discurso: falar de si, de outras pessoas para o terapeuta, perguntar, narrar, pedir; ou seja, exercer a atividade lingüística. Nesse sentido, nosso procedimento terapêutico busca estratégias que ajudem A a ocupar estes diferentes papéis: num primeiro momento, a investigadora não intervém na indiferenciação a fim de compreender a sua natureza e, a partir daí, elaborar estratégias terapêuticas para que o sujeito supere sua dificuldade (Ex. 5) e, num segundo momento, o terapeuta está atento em relação ao seu papel na diferenciação, por parte de A, do uso da auto-referência e passa, assim, a intervir, na interlocução, provocando a emergência do eu (ver exemplos 6, 7, 8, 9, 10, 15). Essa intervenção dá-se através de diversos recursos, seja por um processo de especularidade diferida (exemplos 6, 7, 9) seja por processos complementares (exemplos 8 e 9), seja por uma atitude, por parte da investigadora, de provocar não só o reconhecimento e a consciência da diferenciação eu/ela, mas, sobretudo, manipular lingüisticamente esta diferença (exemplos 7, 9, 10, 11, 12, 13). O surgimento do EU como auto-referência se dá no exercício da subjetividade: por operações epilingüísticas desenvolvidas no diálogo entre A e seu interlocutor (exemplos 9 e 10).

O exemplo 6 mostra que a subjetividade manifesta-se primeiramente no uso possessivo, ou seja, antecede ao reaprendizado da auto-referência como EU. Isto pode ser visto na manutenção do ELA e na diferenciação com o possessivo: "ELA e o MEU marido DELA". A investigadora, através de um processo de especularidade diferida, enfatiza a subjetividade.

Colocando-se na posição de tu, a investigadora dimensiona A na posição de eu, "sujeito do seu discurso", já que é na relação dialógica que se confrontam eu e tu. A não se reconhece da maneira em que se encontra agora, "doente", e com uma série de problemas com os quais nem imaginava se confrontar. Sua inserção como sujeito

do seu discurso também revela nessa "dualidade", o sujeito que se estranha: o EU emerge como ela.

Há certa confusão no âmbito de sua existência antes do acidente vascular cerebral com sua própria existência atual. O exemplo 5 revela este momento. Se A vai torando consciência de si própria na interação com o cutro, quando e como surgirá o "eu"? Acreditamos que ela, utilizada por A, é o meio para entrar na interação dialógica, é o meio para retomar sua subjetividade.

(10) [29.08.87: A comenta suas dificuldades motoras com a investigadora.]

A. - Eu faço um negócio e ela não consegue!

INV. - Quem não consegue?

A. - Eu! Eu não ando bem, eu noto, viu? O Plínio achou que ela, eu estava, estou bem melhor.

(11) [21.09.87: INV. comenta com A a viagem que fez para Mato Grosso.]

INV. - Fui também para o Pantanal.

A. - Ah, foste? Porque lá é [...] (faltou-lhe o nome)

INV. - Lindo!

A. - E tu achaste lindo?

INV. - Sim, sim. Pena que haja matança de jacaré. O Governo não está muito atento.

A. - E com que ele está atento?
(risos).

(12) [No mesmo dia do exemplo 11, A relata um encontro que tirava com outra paciente].

A. - Ela está bem.

INV. - Ela está mais animada, agora?

A. - Eu acho, ela, ela está, ela come (hesitações), melhor pra (hesitações), melhor pra comer (ri) do que pra comer não, melhor do que eu.

INV. - A senhora pode falar isso de novo?

A. - Eu acho que ela está melhor do que eu. Eu acho.

INV. - A senhora viu como saiu?

A. - Viu? às vezes sai!

O exemplo 7 mostra como A utiliza, no mesmo turno, ora eu, ora ela. A intervenção da investigadora provoca uma progressiva torada de consciência que incita uma operação epilingüística: "Eu! Eu não ando bem, eu noto, viu? O Plínio achou que ela, eu, estava estou bem melhor".

O exemplo 8 ilustra um progressivo domínio da manipulação lingüística: A diferencia bem eu-tu-ela, faz perguntas, comenta e serve-se de processos complemen-

tares. ("E tu achaste lindo?").

O exemplo 9 ocorre quando intervimos no processo terapêutico introduzindo uma outra paciente na mesma sessão, para estabelecer a diferenciação eu/ela no discurso.

Como indicam os exemplos 7 e 9, a interlocução oferece condições para que A desenvolva, por uma operação epilingüística, um processo de reconstrução da auto-referência de modo a ir se ajustando ao papel de interlocutora. Não podemos deixar de observar que A não repetia, sob comando, a palavra EU (ex. 4) por outro lado, servia-se do prompting em atividades metalingüísticas.

A, como no exemplo 7, distingue na sua fala o ela e o eu. Referir-se a si como ela já não se harmoniza com o sentimento de autonomia pessoal e com o processo de reconstrução pelo qual está passando; a interferência da interlocutora é, pois, constitutiva desse sentimento.

O que aconteceu com ela? O exemplo 9, onde A fala de outra pessoa ao mesmo tempo que fala de si, sugere que a 3a. pessoa voltou para o seu lugar.

O exemplo 13 em que A confronta as duas referências, na interlocução, evidencia o aspecto auto-regulador que a linguagem assume na reconstrução da manipulação lingüística da auto-referência. O exemplo 14 irá confirmar a natureza construtiva da auto-referência.

(13) [21.09.87, no mesmo dia do exemplo 11, A relata os comentários de amigos sobre suas dificuldades:]

A. - Mas elas sabem que eu vou saber, ela sabe.

INV. - Ela quem? (A ri da expressão exageradamente surpresa da INV.).

A. - As pessoas. Ela é as pessoas, as pessoas (ri novamente). Pensou que eu não sabia mais? Agora é eu.

CONCLUSÃO

Tentamos elaborar neste artigo uma formulação lingüística para certos problemas neuropsicológicos. Acreditamos que exista, evidenciada ou não, uma concepção de linguagem que se ajusta a um conjunto de sintomas que caracterizam um estado patológico. Tentamos mostrar como a concepção de linguagem que assumimos norteia não só a interpretação dos dados, como também o processo terapêutico do sujeito A. À noção de linguagem como ação ajusta-se uma concepção dinâmica do funcionamento do cérebro. Vimos, pois, que a ação, tanto do ponto de vista lingüístico quanto neuropsicológico, é o eixo que possibilita as relações entre a linguagem e o pensamento. As implicações da função reguladora sobre os processos cognitivos são observáveis tanto em estados patológicos do cérebro como também na ontogênese, no desenvolvimento da criança, visto aqui na perspectiva sócio-construtiva de Vygotsky. É esta natureza particular da linguagem que elege a interlocução como o fenômeno lingüístico que não

apenas explica como marca lingüísticamente a atividade psíquica e a intersubjetividade.

Se a organização do mundo e das relações pessoais fazem-se através da linguagem, esta revela mecanismos inter e intra-psíquicos que se ocupam de processar um "ajuste" durante o funcionamento da linguagem. As operações epilingüísticas manifestam esse momento em que nos auto-corrigimos, tentamos reinterpretar a fala do outro, cometeros atos falhos, hesitamos, subentenderos, retomamos de outra maneira o que já havíamos dito, etc. Tais marcas linguísticas não poderiam ser estruturadas à semelhança de uma ordem lógico-matemática, em virtude das coordenadas dêiticas, das pressuposições de conhecimento, das imagens recíprocas dos interlocutores sobre si mesmos e acerca do referente, etc.

As operações epilingüísticas, enfim, traduzem o momento da ação reguladora da linguagem. O procedimento terapêutico não pode prescindir desse caráter reformulador e consciente que a atividade epilingüística representa. Nesse sentido, a análise de sua ocorrência, bem como sua emergência no processo de reconstrução da linguagem, caracteriza o nosso procedimento terapêutico.

Vimos que a interlocução dispõe a manipulação lingüística eu-ela em uma progressão e não em uma ruptura: a progressão indica uma contínua tomada de consciência que auxilia A na reelaboração de um sistema estável de relações intersubjetivas.

Seria possível "ensinar" A a auto-referir-se através de estratégias de repetição? O exemplo 14 mostra a dificuldade da Investigadora e de A em seguir esse trajeto automático e irrefletido.

(14) [03.08.87: Investigadora e A vendo o álbum de família de A]

INV. - Esse aqui é irmão do seu marido?

A. - É.

INV. - Não é o Ted?

A. - Não.

INV. - É outro irmão.

A. - É outro.

INV. - Hum. Então, o irmão de seu marido, sua cunhada...

A. - Minha cunhada.

INV. - A senhora.

A. - Ela.

INV. - Ela? Ela quem?

A. - Ah, ela...ela não sabia.

INV. - Ela quem, essa aqui?

A. - (risos) É ela (risos).

INV. - Fala: Sou eu!

A. - É ela (risos), é com...Então, eu digo assim...

INV. - "Sou eu", "eu". Se mostra, assim, e fala eu.

- A. - (segredo ininteligível)...pois é!
 INV. - Põe a mão aqui (apontando para si mesmo): eu
 A. - (segredo ininteligível) [...] Não.
 INV. - Sou eu.
 A. - Ah, eu sei (risos)
 INV. - "Eu sei" (risos)
 A. - Não saiu (risos). É, minha cunhada.
 INV. - "Eu" (referindo-se a A na foto).
 A. - Não saiu (risos).
 INV. - É, essa aqui minha cunhada.
 A. - É, minha cunhada, né?
 INV. - Aqui "sou eu" (mostrando A na foto)
 A. - Ela é minha cunhada...
 INV. - "Ela é minha cunhada"...
 A. - Eu sou cunhada dela.
 INV. - Isso, agora saiu.

A evolução de A foi impulsionada pela atuação da terapeuta, seja para virem à tona dificuldades, seja para opor-se ao uso de ELA como auto-referência, seja, ainda, para pedir que retomasse sua fala, dizendo de novo e de outra maneira, manipulando lingüisticamente até internalizar a diferenciação. Daí porque auto-correções, ação consciente sobre objetos lingüísticos, e reaprendizado relacionam-se com a interlocução: dizer ELA para outra pessoa, TU para o interlocutor e Eu para si mesma. E é também assim que as coordenadas dêiticas de pessoa se reorientam. Elas mostram como A precisa do terapeuta para agir sobre sua dificuldade. Nesse sentido, há uma espécie de dialogia interna nas operações epilingüísticas: dizer para o outro e para si, em harmonia com as coordenadas dêiticas. "O sistema de coordenadas dêiticas da enunciação é, em certo sentido, egocêntrico: passando o papel de interlocutor de um participante a outro o centro de referência dessas coordenadas se altera. O sistema dêitico se constrói a partir de um ponto marcado pelo "eu/aqui/agora" da enunciação". (...) "O domínio dos recursos expressivos desse sistema está, pois, diretamente relacionado com a propriedade dialógica fundamental da linguagem: a da reversibilidade dos papéis na interlocução" (Coudry, 1988).

Vale a pena repetirmos o exemplo 12 como 15 para evidenciar o percurso epilingüístico de A:

- (15) [No mesmo dia do exemplo 11, A relata à Investigadora o encontro que tivera com outra paciente:]
 A. - Ela tá bem.
 INV. - Ela tá mais animada agora?
 A. - Eu acho, ela, ela está, ela come (...), melhor prá (...), melhor pra comer (ri), do que pra comer não, melhor do que eu.

- INV. - A senhora pode falar isso de novo?
A. - Eu acho que ela está melhor do que eu. Eu acho.
INV. - A senhora viu como saiu?
A. - Viu? Às vezes sai!

Embora acreditemos que a leitura deste texto exorbite o que, inicialmente, pretendíamos elaborar, gostaríamos que fosse lido de maneira circunscrita. Isso nos eximiria de esclarecer, por exemplo, que a formulação linguística que buscamos para certos problemas neuropsicológicos não se depreende da totalidade dos conceitos elaborados, e não revistos, pela neuropsicologia soviética. É interessante, por exemplo, considerar a concepção de língua que Luria apresenta em seus trabalhos; embora suas idéias vinculem-se ao programa estruturalista pós-saussuriano, ele define língua como um sistema de códigos historicamente construído. Além disso, ele privilegia a relação dialógica e a importância da "fala externa" para a organização de processos intra-psíquicos, assumindo a concepção de Vygotsky quanto ao desenvolvimento da linguagem e à ação reguladora. Comprometido com o seu tempo, Luria soube tirar proveito deste, porém teve que arcar com o seu ônus: acompanha-o, por um lado toda uma fraseologia estruturalista ao estilo soviético que serve de modelo para "uma sintomatologia anátomo-linguística" (Ver Hécaen, 1977:17).

Finalmente, acreditamos que este trabalho possa contribuir para uma formulação linguística que se ajuste criticamente a uma concepção dinâmica do cérebro, aporte essencial de Luria no interior dos pressupostos epistemológicos que sustentam a psicologia soviética.

NOTAS

1. A avaliação neuropsicológica de A, foi realizada pelo neurologista Dr. Benito Pereira Damasceno, servindo-se do protocolo de Luria.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, M. (1981) - Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec.
- BENVENISTE, E. (1966) - Problèmes de Linguistique Générale. Paris: Gallimard.
- COUDRY, M.I.H. (1988) - Diário de Narciso - Discurso e Afasia. São Paulo: Martins Fontes.
- DE LEMOS, C.T. (1982) - "Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original". Boletim da ABRALIN, 3.

- DE LEMOS, C.T. (1986) - "Interacionismo e aquisição de linguagem" in: Delta Vol. 2 (231-248). São Paulo: Brasiliense (9-27).
- FRANCHI, C. (1977) - "Linguagem - Atividade Constitutiva", in: Almanaque, 5. São Paulo: Brasiliense (9-27).
- HÉCAEN, H. (1977) - "Introduction à la Neuropsychologie", Paris: Larousse.
- KARMILOFF-SMITH, A. (1979) - A functional approach to child language - Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- _____. (1986) - "From meta-processes to conscious access: Evidence from children's metalinguistic and repair data". Cognition, 23 (95-147).
- LEONTIEV, A. (1972) - O Desenvolvimento do Psiquismo. Lisboa: Horizonte Universitário.
- LURIA, A.R. (1987) - Pensamento e Linguagem - As última conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1980) - Lenguaje y Pensamiento. Barcelona: Editorial Fontanella.
- _____. (1980) - Lenguaje y Comportamiento. Madrid: Editorial Fundamentos.
- MacCABE, C. (1981) - "On discourse", in C. MacCabe (org.), The Talking cure: Essays in Psychoanalysis and Language. London: The McMillan Press.
- OSAKABE, H. (1979) - Argumentação e Discurso político, São Paulo: Kairós.
- PÊCHEUX, M. (1969) - Analyse automatique du discours, Paris: Dunod.
- POSSENTI, S. (1988) - Discurso, estilo e subjetividade, São Paulo: Martins Fontes.
- VOYGOTSKY, L.S. (1962) - Thought and Language. Cambridge: The MIT Press.